

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Presidente*BERNARD DA COSTA CAMPOS — *Diretor*J. A. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Executivo*MAURO GUIMARÃES — *Diretor*FERNANDO PEDREIRA — *Redator Chefe*MARCOS SÁ CORREA — *Editor*FLÁVIO PINHEIRO — *Editor Assistente*

Fogo e Fumaça

Desceu sobre Brasília uma cortina de fumaça, atrás da qual o relator da Comissão de Sistematização na Constituinte informa sobre boatos de golpes desfechados sobre o seu anteprojeto de Constituição. A frente, prospera entre governadores, que hoje se reúnem em Florianópolis, a estapafúrida idéia de submeter a futura Constituição a um plebiscito. O próprio relator Bernardo Cabral observa que onde há fumaça também existe fogo.

Antes que ocorra um incêndio com esse material de fácil combustão reunido pelos constituintes, é preciso resfriar alguns conceitos aquecidos pela retórica. Não há mercadoria mais em desacordo com a opinião pública do que boatos de golpe. Os usuários do debate político não tomaram conhecimento do assunto que o relator Bernardo Cabral responsabilizou pelo tumulto na apresentação do anteprojeto que vai à discussão final e à votação definitiva.

Ninguém, em sã consciência, leva em conta hipóteses de golpe político, embora se reconheçam a olho nu certos truques aos quais a democracia não deve favores. A proposta dos governadores para que o sistema de governo seja submetido a plebiscito é um recurso suspeito, porque não se inspira na valorização do plebiscito e muito menos quer transparência na decisão sobre o sistema de governo. É uma forma de lançar a suspeita prévia sobre uma futura decisão da Constituinte e de reduzir a legitimidade da representação política nas grandes questões pendentes.

Os governadores que embarcaram na canoa do plebiscito querem simplesmente repetir o esquema que há vinte e cinco anos mobilizou os eleitores no restabelecimento do presidencialismo. Deu no que se sabe. No caso atual, o amor ao presidencialismo é suspeitíssimo, porque manifestado em causa própria: sonham alto os governadores em matéria eleitoral. E acreditam lisonjear o presidente Sarney no momento em que ele se insurge contra a suposta inclinação parlamentarista da Constituinte.

Um mau bajulador asfixia-se no incenso que queima. Os governadores do clube do plebiscito sobre sistema de governo desagradaram o presidente que se adiantou em esclarecer: plebiscito, sim, mas se tiver como objeto a própria Constituição. Restrito ao sistema de governo, pode redundar em consagração do parlamentarismo. Seria então uma derrota personalizada do presidente. A reunião de Florianópolis se instala com escapamento de gás perigoso.

O plebiscito é o invólucro novo para a velha idéia golpista. É difícil, porém, acreditar que os constituintes fossem aprovar um plebiscito para julgar o trabalho deles próprios, pondo em dúvida a sua legitimidade de decidir em nome da nação. Como poderiam admitir que o seu trabalho fosse arrastado em praça pública e estraçalhado pelas minorias radicais? O mandato presidencial e o sistema de governo seriam esquarterados.

É o caso de se indagar, com cautelosa antecedência, em que situação ficaria o Brasil se o eleitorado repudiasse por inteiro a nova Constituição. Sairíamos certamente de uma expectativa democrática para uma certeza catastrófica, de efeito imediato.

O eleitorado já fez o que tinha a fazer quando elegeu os constituintes. A taxa de renovação eleitoral de 70 por cento exprimiu despreço pelos antigos deputados e senadores, que voltaram às urnas para buscar votos e saíram tosqueados. Os brasileiros pensam nas melhores e mais eficientes formas de praticar a democracia. A primeira de todas só pode ser o repúdio a golpes, baixos ou altos, desferidos contra a vontade dos cidadãos. Transparência, para que o debate servisse para identificar quem é quem na Constituinte. E decisões responsáveis, para que o futuro possa julgar os constituintes pelo seu senso prático. Ninguém quer o Brasil trafegando na contramão da história. Limpidez eleitoral e representatividade, mediante a implantação do voto distrital. Partidos fortes e democráticos, e não um partido hegemônico — como foram a Arena e o PDS, e é o PMDB — dono do governo. Era inevitável, depois de vinte anos de autoritarismo sem proveito, que o choque de conceitos antagônicos produzisse estrondos antes que a clareza se imponha pelo voto na Constituinte.

A hora de compatibilizar as tendências e resolver as grandes contradições será a votação do anteprojeto. Por que, então, levantar a idéia do plebiscito? É induzir os constituintes a um suicídio político coletivo. Manifestação alguma de dúvida sobre a legitimidade e a representatividade pode partir dos constituintes. Os pescadores de águas turvas, os golpistas camuflados e radicais sem esperanças são interessados apenas em instabilizar a Constituinte para tudo recomeçar outra vez. Todas as minorias radicais são assim: desacreditam as regras do jogo na ilusão de emergirem mais fortes na próxima vez. Qualquer plebiscito faria o jogo deles, e não da democracia.

O boato de golpe é um fantasma aposentado, sem direito de requerer a volta à ativa. Falta-lhe autoridade, pois o regime do golpe encerrou-se debaixo da unanimidade nacional. As divergências que animam a Constituinte manifestam-se em grau suportável e nada impede que se compatibilizem. Uma Constituinte que não reunisse conceitos contrários não seria organicamente democrática, e não refletiria uma sociedade que convive com formas de avanço político e sintomas de atraso econômico e social. Não pode deixar de ser dissonante e estridente, em suas linhas contraditórias, a Constituinte que resgatará vinte anos autoritários.

É salutar a divergência e, quanto mais profunda e declarada, melhor para o resultado final que se expressar pelo voto dos constituintes. O que destoa do espírito democrático e da confiança é o plebiscito, pela intenção de jogar os eleitores contra os eleitos, enquanto os que não são do ramo fomentam boatos de golpes militares, conforme testemunhou o relator do anteprojeto de Constituição. O regime democrático se consolida periodicamente pelo repúdio a qualquer forma de golpe, a começar pelo boato e a terminar no próprio fato, sempre que necessário e didático.